

Preparando o cenário para a renegociação da dívida *Col*

Já há algum tempo observamos nestas colunas que três fatores atuando simultaneamente vinham levando as contas cambiais do País a uma situação insustentável, a saber: o decréscimo do superávit comercial, o volume elevado de transferências ao exterior a título de lucros e dividendos e a virtual cessação do ingresso de capital de risco. Como o País deixou desde 1984 de captar empréstimos externos, exceção feita a financiamentos de instituições internacionais, as reservas cambiais só poderiam deteriorar-se, gerando uma situação ainda mais grave com o País às vésperas de encetar uma renegociação ampla da dívida externa.

A queda do saldo da balança comercial para apenas US\$ 210 milhões no último mês de outubro, o pior resultado desde fevereiro de 1983, fazendo com que as reservas retrocedessem para um total estimado em US\$ 4,9 bilhões, obrigou o governo a agir sem mais demora, dando ao "pacote" de medidas anunciado na última sexta-feira um sentido salvacionista.

Se é verdade que o déficit público já constituía por si motivação suficiente para o ajustamento do Plano Cruzado, o agravamento da situação cambial acabou sendo o fator decisivo, tanto mais porque se trata de uma questão capaz de sensibilizar as forças políticas vitoriosas nas últimas eleições. O próprio presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, o confirmou ao declarar que "agora temos de ir para o 'front' externo", de modo a resolver o problema crucial que é a transferência líquida de recursos ao exterior da ordem de US\$ 10 bilhões ao ano.

Mas ninguém ignora que, antes de mais nada, é preciso montar um cenário adequado para que as negociações com os credores possam evoluir na melhor direção. A contenção da demanda interna, que se espera seja produzida pelo "pacote", favorecerá as exportações, mas o governo reconheceu igualmente a necessidade de dar à política cambial maior dinamismo.

Anteriormente, as autoridades monetárias já haviam estabele-

lecido um mecanismo pelo qual o exportador é preservado de prejuízos eventuais com mudanças da taxa cambial entre a data do fechamento do câmbio e o embarque da mercadoria. O objetivo foi evitar a retenção das exportações por temor de uma maxidesvalorização da moeda, que tanto influiu no resultado da conta de comércio em outubro. Mas, certamente, era indicado também acabar com o clima especulativo gerado por constantes boatos de maxidesvalorização do cruzado ou de uma sucessão de minis. O Banco Central passa agora a anunciar, diariamente, as cotações do dólar e das principais moedas conversíveis, instituindo, na prática, um sistema de taxas flutuantes, muito semelhante ao que estava em vigor antes de 28 de fevereiro.

Espera-se que seja possível assim prevenir o recurso a medidas extremas, como seria a centralização do câmbio, com reflexos negativos nos meios econômico-financeiros internacionais. Sob esse aspecto, deve-se considerar que as medidas fiscais visan-

do à virtual eliminação do déficit público e a fixação como meta de uma taxa de 6% para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano devem concorrer para inspirar mais confiança por parte dos credores quanto ao futuro da economia brasileira.

A decisão do atual governo de não submeter a política econômica ao crivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) permanece como um empecilho à conclusão de um acordo com os bancos internacionais. Mas estamos convencidos de que essa não é uma questão incontornável. Não parece ser do interesse nem dos credores nem do FMI obstruir o caminho de um acordo por algo que hoje aparenta não ser mais do que uma formalidade. Depois da realização das últimas eleições, que fortaleceram as forças basicamente centristas que apóiam o governo, e da mobilização interna para ajustar a economia, o chamado "risco Brasil" é menor do que em qualquer outra época do passado recente.